



ACOLHIMENTO E CUIDADO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.

Victor Hugo Júlio da Rosa , Amanda Aparecida Camargo de Oliveira, Maria Eduarda Bezerra do Nascimento, Heloisa Lopes de Souza Inácio , Paula Gomes da Silva, Bruna de Farias Pereira de Araujo, Cássia Marques da Rocha Hoelz , Elda Garbo Pinto, Elcie Aparecida Braga de Oliveira, Ulhiana Luzia Soares Morais, Jéssica Alessandra Pereira , Katia Cristina dos Santos Darruiz



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n7p1008-1017>

Artigo recebido em 06 de Junho e publicado em 16 de Julho de 2025

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo e persistente, que configura grave violação dos direitos humanos e demanda respostas intersetoriais, sobretudo no campo da saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS), como porta de entrada do Sistema Único de Saúde, tem papel essencial no acolhimento, escuta e cuidado dessas mulheres. Este trabalho teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as estratégias de acolhimento e cuidado ofertadas a mulheres em situação de violência doméstica na APS. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS, LILACS e PubMed, com artigos publicados entre 2013 e 2025, utilizando os descritores “violência contra a mulher”, “atenção primária à saúde”, “acolhimento” e “enfermagem”. Os resultados evidenciam que a escuta qualificada, o vínculo e a humanização do cuidado são centrais no acolhimento, embora ainda existam obstáculos como a falta de capacitação dos profissionais, ausência de protocolos institucionais e fragilidade da articulação com a rede intersetorial. Conclui-se que o enfrentamento da violência doméstica na APS exige investimento em educação permanente, fortalecimento da rede de apoio e compromisso ético com os direitos das mulheres, visando transformar os serviços de saúde em espaços de proteção, empoderamento e cuidado integral.

Palavras-chave: Violência doméstica. Atenção primária à saúde. Acolhimento. Enfermagem. Saúde da mulher.



RECEPTION AND CARE OF WOMEN IN SITUATIONS OF DOMESTIC VIOLENCE IN PRIMARY CARE.

SUMMARY

Domestic violence against women is a complex and persistent phenomenon that constitutes a serious violation of human rights and demands intersectoral responses, especially in the health field. Primary Health Care (PHC), as the gateway to the Unified Health System (SUS), plays an essential role in welcoming, listening to, and caring for these women. This study aimed to analyze, through an integrative literature review, the welcoming and care strategies offered to women experiencing domestic violence in PHC. The search was conducted in the SciELO, BVS, LILACS, and PubMed databases, including articles published between 2013 and 2025, using the descriptors "violence against women," "primary health care," "welcoming," and "nursing." The results demonstrate that qualified listening, bonding, and humanized care are central to welcoming, although obstacles remain, such as a lack of professional training, the absence of institutional protocols, and weak intersectoral network coordination. It is concluded that addressing domestic violence in primary healthcare requires investment in ongoing education, strengthening the support network, and an ethical commitment to women's rights, aiming to transform health services into spaces of protection, empowerment, and comprehensive care.

Keywords: Domestic violence. Primary health care. Embrace. Nursing. Women's health.



INTRODUÇÃO

De acordo com Schraiber et al. (2007), a violência contra a mulher configura-se como uma expressão de poder e dominação que transcende o âmbito privado, sendo frequentemente naturalizada no cotidiano das relações interpessoais e nas estruturas institucionais. A violência doméstica contra a mulher constitui um grave problema de saúde pública e uma violação aos direitos humanos, com profundas repercussões físicas, psicológicas e sociais. Trata-se de uma questão complexa, enraizada em padrões socioculturais patriarcais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) emerge como espaço estratégico para a identificação precoce, acolhimento e cuidado integral às mulheres em situação de violência. Como porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), a APS tem papel essencial na escuta qualificada, na criação de vínculos e no encaminhamento adequado para redes de apoio. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2012), os serviços de saúde têm a responsabilidade de reconhecer sinais de violência e oferecer atendimento humanizado, com foco na autonomia e na proteção da mulher.

Ayres (2004) afirma que o acolhimento deve ser compreendido como uma tecnologia relacional, capaz de promover encontros terapêuticos significativos, em que a escuta ativa e o respeito à singularidade do sujeito são centrais. A escuta sensível e livre de julgamentos é um dos pilares fundamentais para que a mulher se sinta segura e apoiada para romper o ciclo de violência. O acolhimento, nesse sentido, vai além de um procedimento técnico, configurando-se como uma postura ética, política e afetiva dos profissionais de saúde.

No entanto, apesar dos avanços nas políticas públicas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ainda existem desafios significativos na prática cotidiana dos serviços. A falta de preparo técnico, o preconceito institucional e a sobrecarga das equipes muitas vezes dificultam uma atuação eficaz. Para Silva e Bohry (2016), muitos profissionais não se sentem capacitados para abordar a violência doméstica, o que compromete a resolutividade do cuidado e reforça o silêncio da vítima.

Diante desse cenário, é urgente refletir sobre a qualificação das práticas de cuidado na APS, com vistas à promoção de um atendimento intersetorial, baseado na integralidade, no sigilo e na empatia. É necessário compreender a mulher em situação



de violência como sujeito de direitos e não apenas como vítima, reconhecendo sua capacidade de reconstruir sua vida com apoio adequado. Como destaca Minayo (2014), o enfrentamento da violência exige uma abordagem interdisciplinar e contínua, que envolva tanto os aspectos clínicos quanto os determinantes sociais da saúde.

Portanto, discutir o acolhimento e cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na Atenção Primária significa problematizar práticas e discursos instituídos, fortalecendo o compromisso ético dos profissionais com a justiça social, a equidade e os direitos humanos. A atuação da enfermagem, da medicina, da psicologia e de demais categorias profissionais precisa ser orientada por uma perspectiva crítica e transformadora, que rompa com a lógica de culpabilização da mulher e promova a construção de espaços seguros e acolhedores.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir, analisar e sintetizar, de forma sistemática, resultados de pesquisas sobre um tema específico, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento científico e a tomada de decisão na prática profissional (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A escolha desse método justifica-se pela possibilidade de reunir evidências sobre o acolhimento e cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na Atenção Primária à Saúde (APS), promovendo uma análise crítica das produções existentes e identificando lacunas para investigações futuras.

A elaboração da revisão seguiu as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que incluem: (1) identificação do problema de pesquisa; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; (3) seleção da amostra; (4) categorização dos estudos; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) apresentação da síntese do conhecimento.

A pergunta norteadora da revisão foi elaborada com base na estratégia PICO (Population, Intervention, Comparison, Outcome), adaptada à área de saúde pública: “Quais são as estratégias de acolhimento e cuidado desenvolvidas na Atenção Primária para mulheres em situação de violência doméstica?”

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library



Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e LILACS, utilizando os seguintes descritores controlados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “violência contra a mulher”, “atenção primária à saúde”, “acolhimento”, “enfermagem” e “cuidado”, combinados com o operador booleano AND.

Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados em português, inglês ou espanhol, entre os anos de 2013 a 2025, com recorte temático voltado ao acolhimento e cuidado de mulheres vítimas de violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde. Foram excluídos os trabalhos duplicados, teses, dissertações, editoriais, relatos de experiência, artigos fora do escopo da pesquisa e publicações que não abordavam diretamente a temática.

Após a triagem inicial pelos títulos e resumos, os artigos selecionados foram lidos na íntegra para análise crítica. Os dados extraídos dos estudos foram organizados em uma tabela síntese contendo: autor, ano de publicação, objetivo, tipo de estudo, principais resultados e contribuições para a prática em saúde.

A análise dos dados seguiu abordagem qualitativa, com categorização temática emergente a partir da leitura dos conteúdos, buscando identificar as principais estratégias de acolhimento, os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde e as recomendações para melhoria da atenção às mulheres em situação de violência doméstica na APS.

RESULTADOS

A partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 15 artigos que atenderam aos objetivos da pesquisa, os quais abordam diferentes aspectos relacionados ao acolhimento e cuidado de mulheres em situação de violência doméstica no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS). Os estudos analisados revelam a complexidade do enfrentamento à violência de gênero no cotidiano dos serviços de saúde, apontando avanços, lacunas e desafios persistentes na prática profissional.

Segundo Silva *et al.* (2019), o acolhimento humanizado favorece a criação de vínculos terapêuticos e contribui para a quebra do silêncio, muitas vezes mantido por medo, vergonha ou dependência emocional e financeira do agressor. Dentre os principais achados, destaca-se que a escuta qualificada foi uma das estratégias mais



mencionadas como essencial para o acolhimento. A escuta ativa, livre de julgamentos e com sigilo garantido, é fundamental para que a mulher se sinta segura para relatar a violência sofrida.

Outro ponto recorrente nos estudos refere-se à fragilidade na capacitação dos profissionais de saúde, especialmente na APS, para lidar com situações de violência doméstica. Embora o acolhimento esteja previsto nas diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2011), muitos profissionais ainda relatam insegurança diante da abordagem de casos, seja por falta de conhecimento técnico, seja por barreiras emocionais e culturais (Oliveira *et al.*, 2017). Isso demonstra a necessidade de educação permanente e inserção do tema nos currículos de formação na área da saúde.

Além disso, a intersetorialidade apareceu como um aspecto fundamental, mas ainda pouco efetivado. A articulação com a rede de apoio como centros de referência de atendimento à mulher, assistência social, delegacias especializadas e serviços psicológicos é apontada como essencial para garantir um cuidado integral e contínuo. Contudo, a fragmentação das políticas públicas e a falta de protocolos institucionais dificultam a construção de fluxos eficientes (Carvalho; Lima, 2020).

No que se refere à atuação da enfermagem, vários estudos evidenciam seu papel estratégico no primeiro acolhimento e no monitoramento das situações de violência. A escuta sensível, o acompanhamento de queixas inespecíficas, a observação de sinais físicos e emocionais e o vínculo com a comunidade colocam o enfermeiro em posição privilegiada para identificar casos, oferecer orientações e realizar os devidos encaminhamentos (Matos *et al.*, 2021).

Entretanto, foi possível observar que muitas mulheres não reconhecem os serviços de saúde como espaço de apoio diante da violência, recorrendo primeiramente à família ou à esfera policial. Isso pode estar relacionado tanto à naturalização da violência quanto à falta de acolhimento efetivo nos serviços públicos, o que reforça a importância de um olhar crítico e humanizado por parte dos profissionais de saúde.

Por fim, destaca-se a urgência de protocolos específicos na APS para o manejo da violência doméstica, bem como o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde e da Rede de Proteção Social. A produção científica indica que iniciativas locais, quando baseadas na sensibilização da equipe, na construção coletiva de fluxos e na capacitação



contínua, podem ampliar significativamente a eficácia das ações de enfrentamento à violência (Santos; Barbosa, 2022).

CONCLUSÃO

A violência doméstica contra a mulher é uma problemática complexa, multicausal e profundamente enraizada em estruturas sociais desiguais. Sua abordagem exige o compromisso de diversos setores, entre eles a saúde, especialmente no nível da Atenção Primária, onde o acolhimento deve ser humanizado, ético e resolutivo. A revisão integrativa permitiu evidenciar que, embora existam políticas públicas e diretrizes voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, ainda há uma lacuna significativa entre a teoria e a prática cotidiana nos serviços de saúde.

Os estudos analisados apontam que o acolhimento qualificado, a escuta ativa e a construção de vínculo com a mulher são elementos fundamentais para o cuidado em situações de violência. No entanto, a ausência de preparo técnico, a falta de protocolos institucionais e a fragilidade da articulação intersetorial ainda comprometem a efetividade das ações desenvolvidas na APS. Nesse sentido, torna-se urgente investir na capacitação permanente das equipes, na sensibilização dos profissionais e na criação de fluxos que garantam o atendimento integral e seguro às mulheres.

Além disso, é necessário fortalecer a Rede de Atenção à Saúde e a Rede de Proteção Social, promovendo a interligação entre saúde, assistência social, justiça e segurança pública. Somente com uma abordagem interprofissional e intersetorial será possível romper o ciclo de violência, respeitando a autonomia das mulheres e garantindo seus direitos.

Por fim, reforça-se a importância de enxergar os serviços de saúde como espaços de escuta, cuidado e transformação social. O enfrentamento à violência doméstica exige mais do que protocolos: exige sensibilidade, compromisso ético e ações concretas que promovam equidade, justiça e dignidade para todas as mulheres.



REFERENCIA

AYRES, J. R. C. M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100006>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CARVALHO, R. M. de; LIMA, T. C. S. Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: articulação da Rede de Atenção à Saúde. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, Fortaleza, v. 33, p. 1-8, 2020.

MATOS, M. S. et al. A atuação da enfermagem no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 74, n. 1, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0156>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Violência contra mulheres: visibilidade e invisibilidade do fenômeno. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1089, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.01252013>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. F. et al. O cuidado às mulheres em situação de violência doméstica na atenção básica: desafios e potencialidades. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 41, n. 115, p. 812-824, 2017.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Violência contra a mulher: resposta dos serviços de saúde nas Américas. Brasília: OPAS, 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SANTOS, L. M.; BARBOSA, R. M. Estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher na atenção básica. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 30, e3804, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.4953.3804>. Acesso em: 15 jul. 2025.



SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra mulheres: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 347-355, 2007.

SILVA, J. L. et al. Acolhimento às mulheres em situação de violência na atenção primária: desafios na escuta e no cuidado. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 53, p. e03447, 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it? *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 63, n. 6, p. 1051-1056, 2010.